



Políticas de internacionalização da educação superior: o caso de duas Universidades Comunitárias do Sul do Brasil

Políticas de internacionalización de la educación superior: el caso de dos Universidades Comunitarias del sur de Brasil

Higher education internationalization policies: the case of two Community Universities in South of Brazil

TREVISOL, Marcio¹

FÁVERO, Altair²

TEDESCO, Anderson³

SCHOENARDIE, Davi⁴

Trevisol, M., Fávero, A., Tedesco, A. y Schoenardie, D. (2023). Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. *RELAPAE*, (19), pp. 45-59.

Resumo

O artigo apresenta os principais documentos que tratam sobre as políticas de internacionalização da educação superior no Brasil, assim como contextualiza sua implementação em duas Universidades Comunitárias. Nesse sentido, a pesquisa pretende responder ao problema: quais as motivações da internacionalização da educação superior em seus diferentes períodos históricos e como as Universidades Comunitárias organizaram suas políticas institucionais? Para tal, a investigação se desdobra em dois caminhos: (a) organizar cronológica e ordenadamente os principais períodos históricos e os documentos que tratam da internacionalização no Brasil; (b) apresenta a implementação da internacionalização na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e na Universidade de Passo Fundo (UPF), a partir dos seus Planos de Internacionalização. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, com coleta de dados documental. Os resultados apontam que, enquanto política educacional, a internacionalização se revela como um espaço de disputas entre duas perspectivas: i) o desenvolvimento do conhecimento alinhado às prerrogativas mercantilizadas do produtivismo neoliberal; ii) a consolidação de um projeto de cooperação e solidariedade entre os povos. Portanto, a pesquisa aponta que a internacionalização é um campo de disputas e que sua implementação nas Universidades Comunitárias é uma condição que reafirma sua missão como promotora de equidade, cidadania e desenvolvimento regional.

Palavras-chave: internacionalização, educação superior, universidade comunitária, desenvolvimento regional, cidadania.

Resumen

El artículo presenta los principales documentos que tratan de las políticas de internacionalización de la educación superior en Brasil, así como contextualiza su implementación en dos Universidades Comunitarias. En ese sentido, la investigación pretende responder a la pregunta: ¿cuáles son las motivaciones para la internacionalización de la educación superior en sus diferentes períodos históricos y cómo las Universidades Comunitarias organizaron sus políticas institucionales? Para ello, la investigación se desarrolla de dos formas: (a) organizar cronológica y ordenadamente los principales períodos históricos y sus documentos que tratan de la internacionalización en Brasil; (b) presenta la implementación de la internacionalización en la Universidad del Oeste de Santa Catarina (UNOESC) y en la

¹ Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Brasil / marcio.trevisol@unoesc.edu.br / ORCID 0000-0001-6127-1750

² Universidade de Passo Fundo – UPF, Brasil / favero@upf.br / ORCID 0000-0002-9187-7283

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Brasil / anderson.tedesco@unoesc.edu.br / ORCID 0000-0002-7425-1748

⁴ Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Brasil / davi.schoenardie@unoesc.edu.br / ORCID 0000-0003-2800-4081

Universidad de Passo Fundo (UPF), a partir de sus Planes de Internacionalización. Se trata de una investigación cualitativa, bibliográfica y exploratoria, con recolección de datos documentales. Los resultados indican que, como política educativa, la internacionalización se revela como un espacio de disputas entre dos perspectivas: i) el desarrollo del conocimiento alineado con las prerrogativas mercantilizadas del productivismo neoliberal; ii) la consolidación de un proyecto de cooperación y solidaridad entre los pueblos. Por tanto, la investigación apunta que la internacionalización es un campo en disputa y que su implementación en las Universidades Comunitarias es una condición que reafirma su misión como promotora de la equidad, la ciudadanía y el desarrollo regional.

Palabras Clave: políticas educativas, internacionalización, educación universitaria, universidad de la comunidad, desarrollo regional, ciudadanía.

Abstract

The article presents the main documents that deal with the policies of internationalization of higher education in Brazil, as well as contextualizes its implementation in two Community Universities. In this sense, the research intends to answer the question: what are the motivations for the internationalization of higher education in its different historical periods and how did Community Universities organize their institutional policies? To this end, the investigation unfolds in two ways: (a) organize chronologically and orderly the main historical periods and their documents that deal with internationalization in Brazil; (b) presents the implementation of internationalization at the University of Western Santa Catarina (UNOESC) and at the University of Passo Fundo (UPF), based on their Internationalization Plans. This is a qualitative, bibliographical and exploratory research, with documentary data collection. The results indicate that, as an educational policy, internationalization reveals itself as a space for disputes between two perspectives: i) the development of knowledge aligned with the commodified prerogatives of neoliberal productivism; ii) the consolidation of a project of cooperation and solidarity among peoples. Therefore, the research points out that internationalization is a disputed field and that its implementation in Community Universities is a condition that reaffirms its mission as a promoter of equity, citizenship and regional development.

Keywords: educational policies, internationalization, college education, community university, regional development, citizenship.

1. Introdução

A internacionalização da educação superior tem ocupado espaço de discussões entre organismos internacionais, como o Banco Mundial, Unesco e OCDE, os quais têm lançado uma agenda de debates global visivelmente influenciadora das políticas públicas nacionais e regionais. Na mesma esteira, o campo acadêmico, por meio de pesquisas, seminários, eventos e publicações em periódicos, tem contribuído para o campo de discussão e apontado caminhos para a consolidação da internacionalização como política pública. Tal condição evidencia que o campo das políticas da educação é permeado por disputas que procuram construir uma hegemonia em torno de uma concepção de sociedade e um tipo de desenvolvimento social preterido (Akkari, 2011; Ball, 2011; Frigotto, 2010; Shiroma & Evangelista, 2014).

É nesse contexto, marcado por disputas, que a internacionalização, ainda caracterizada por mitos e enganos (De Wit, 2011; Knight, 2012a, 2012b), ou travestida por várias faces (Trevisol & Fávero, 2019), é reconhecida como uma condição indispensável para a consolidação do ensino, da pesquisa e da extensão em prol de uma possibilidade de inclusão e justiça social. O esforço, de acordo com Knight (2012a, 2012b), consiste em dar um conceito de internacionalização que seja entendido como processo e não apenas um “ismo” ou uma ideologia. Para isso, conforme a autora, é necessário distinguir uma definição de uma descrição. Uma definição implica um significado, enquanto a descrição implica seus atributos. A definição implica aceitação de um caminho (estratégico) que pode estar mais alinhado a aspectos acadêmicos, políticos, culturais ou econômicos. A definição tende a ser mais duradoura e sobreviver ao longo do tempo. Já a descrição envolve, por seu viés, uma série de características ou detalhes específicos resultantes de estratégias, das razões, dos autores envolvidos ou dos resultados almejados. A descrição é “mais” transitória e pode mudar segundo as circunstâncias, dependendo do contexto e da finalidade (Knight, 2012a, 2012b).

Enquanto definição, a internacionalização pode ser considerada como: (i) o processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições de educação pós-secundária (Knight, 2020, p. 24); (ii) como processo que valoriza a vivência internacional, reconhece o potencial do conhecimento científico e tecnológico e prioriza os conhecimentos atrelados na solidariedade e tolerância entre povos e nações (Stallivieri, 2017, p. 44); (iii) como processo cultural que se manifesta no interior das universidades, o qual afeta as mentalidades, os valores e as percepções, dando lugar para uma visão mais ampla e universal na compreensão da realidade (Sebastián, 2004).

As três definições colocam a internacionalização, de acordo com Morosini (2017), como conceito-chave no século XXI, deslocando-se de uma posição periférica a uma posição central imbricada em uma noção positiva de qualidade educacional. Esse alargamento trouxe consigo um problema de fundo, especialmente pelo contexto da sociedade de acumulação flexível. Por um lado, a internacionalização pode assegurar os objetivos e compromisso de uma concepção de universidade como bem público ou, por outro lado, estimular a ampliação da universidade como prestadora de serviço e instrumento agregador para a competitividade capitalista-global. A dicotomia apresentada revela, segundo Morosini (2017), uma encruzilhada para as políticas educacionais, de fortalecimento da internacionalização como grande mercado ou a fortificação de um projeto alicerçado na integração solidária e no desenvolvimento mundial sustentável.

Tal posição requer que as políticas de internacionalização sejam organizadas em torno de um projeto nacional (Azevedo et al., 2017; Hudzik, 2011; Miranda & Stallivieri, 2017; Pereira & Heinzle, 2017; Morosini, 2017). Isso solicita, no entendimento de Hudzik (2011), a construção e implementação de políticas de internacionalização para a educação superior que revele um projeto de nação que, em último sentido, deverá estar assentado em conceito de formação para a cidadania global (Dalbosco, 2015; Nussbaum, 2015), para o desenvolvimento científico, tecnológico e para a justiça social (Azevedo, 2009).

Em razão do campo de disputa e de suas conexões com a formação do cidadão, com os compromissos com o desenvolvimento econômico e com a diplomacia é que as políticas educacionais de internacionalização precisam ser planejadas, especialmente no que diz respeito à definição dos interesses nacionais. Para Miranda e Stallivieri (2017), as decisões sobre a formação de talentos para o futuro do país, uma agenda de cooperação internacional em matéria de transferência de conhecimento, a contribuição nacional aos desafios mundiais, a internacionalização das agendas locais são questões que o país precisa tratar de forma mais propositiva.

Nesse diapasão, insere-se o problema de pesquisa, o qual pretende, em primeiro momento, reconstruir a trajetória histórica da internacionalização da educação superior no Brasil por meio de seus documentos apresentados ao longo do texto. O objetivo desta etapa é discutir as motivações e interesses contidos nas políticas de internacionalização da

educação superior. Em um segundo momento, o artigo aborda a implementação da internacionalização em duas Universidades Comunitárias⁵. O objetivo nessa etapa é destacar o processo de implementação dessa política por meio do seu Plano de Internacionalização (PI). Desse modo, trata-se de uma pesquisa qualitativa (Flick, 2009), de objetivo exploratório (Gil, 2002), com coleta de dados documental (Lüdke & André, 2013). Dito isso, o universo da pesquisa compreende os documentos que tratam a respeito das políticas de internacionalização, em especial, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), os Planos Nacionais de Educação (PNE), Programas e Portarias de internacionalização. No caso das Universidades Comunitárias, o universo de coleta de dados compreende o Plano de Internacionalização (PI).

Atento ao problema e aos objetivos, o artigo é organizado em dois blocos. No primeiro bloco, são organizadas as políticas de internacionalização em seus períodos históricos a partir da década de 1903. O esforço é assinalar como as políticas de internacionalização foram desenvolvidas ao longo da trajetória educacional brasileira, com destaque às motivações e interesse que impulsionaram tais políticas. No segundo bloco, o esforço se concentrou na busca de destacar como as políticas de internacionalização foram implementadas nas duas Universidades Comunitárias, a partir da aprovação do Plano de Internacionalização. Atrelado a esse aspecto formal, a pesquisa apresenta o processo de avaliação dessa política por meio da apresentação de dados que envolvem as atividades de internacionalização entre os anos 2019 e 2022.

2. Internacionalização da Educação Superior: períodos históricos e suas motivações

É consensual entre pesquisadores que as políticas educacionais historicamente estão atreladas fortemente ao Estado como instância definidora de políticas de financiamento e de regulação. Tal prerrogativa não seria diferente com a internacionalização da educação superior. O elemento central nesse percurso é compreender como cada período histórico apresenta determinadas motivações condicionadas com os objetivos definidos e alinhados ao projeto de nação proposto pelo Estado Brasileiro. Notadamente, no campo da internacionalização, é consenso entre pesquisadores (Morosini, 2017; Pereira & Heinzle, 2017; Pereira, 2019; Santos, 2020), que a internacionalização é tão antiga quanto a própria universidade. No entanto, no Brasil, as políticas de internacionalização da educação superior estão ligadas ao nascimento das primeiras universidades e ao projeto de nação proposto pelo Estado.

Como esclarecem Lima e Contel (2009), o primeiro programa de cooperação internacional dependeu da criação das universidades e da vontade política de governantes. Por isso, considera-se que os primeiros passos para uma política de cooperação internacional tenham ocorrido nos anos 1930, com a criação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920), da Universidade Federal de Minas Gerais (1928), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934) e da Universidade de São Paulo (1934). A compreensão de uma política de internacionalização no Brasil perpassa o entendimento, por parte do Estado, que o desenvolvimento de uma nação depende de progressivos investimentos na formação de recursos humanos e no fomento da ciência e tecnologia. Sendo assim, e iniciando pela hipótese que as políticas de internacionalização dependem de fatores relativos aos interesses históricos e por motivações que se alteram ao longo do tempo, dependendo da conjuntura política e dos interesses, nos propomos a reconstruir, em forma de tabelas, os momentos históricos e as motivações para a internacionalização da educação superior.

O período de 1930 a 1950 foi marcado pela disputa entre dois projetos de educação superior. Um projeto advindo do modelo francês e outro ligado ao modelo norte-americano. No campo da internacionalização, ainda que incipiente, o Estado Brasileiro organizou ações e acordos internacionais para atrair professores estrangeiros. O objetivo era organizar a educação superior pública brasileira, visto que as universidades estavam iniciando enquanto instituições. Para Lima e Contel (2009), nesse período o processo de internacionalização foi conduzido por políticas públicas formuladas pelo Governo Federal, que estavam comprometidas com o fortalecimento das universidades públicas e a formação de professores necessários à consolidação do projeto acadêmico dessas instituições. A internacionalização, nesse período, focou na implementação de programas com ênfase em missões de professores estrangeiros.

⁵ As Universidades Comunitárias foram reconhecidas pela Lei n. 12.881/13. Essas instituições são organizações nascidas da sociedade civil, por iniciativas de movimentos sociais, lideranças políticas e entidades. O objetivo era a criação de instituições que ofertavam educação superior no interior do país, uma vez que o Estado se mostrou incapaz de ofertar. As instituições comunitárias se caracterizam pela propriedade coletiva, sem fins lucrativos, com forte inserção regional e com gestão democrática e participativa. No Sul do Brasil, destacam-se duas organizações: O Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), criado oficialmente em 1996, e a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (Acafe), criada em 1974.

Tabela 1. Motivações e interesses da internacionalização entre 1930 e 1950

Programa/documentos	Motivações e interesses
Programa Professor Visitante	Caracteriza-se pela presença de professores da França em universidades brasileiras. O programa tinha como propósito trazer professores franceses para auxiliar na organização acadêmica das universidades públicas.
Tratado <i>United States Agency for International Development</i> (Usaid) (1940)	Estabelece uma aliança entre Brasil e Estados Unidos. Dois acordos decorrem do tratado. O Acordo Básico de Cooperação Técnica e o Acordo sobre Serviços Técnicos. Além de assegurar o financiamento de projetos nacionais para o desenvolvimento tecnológico e econômico, o tratado possui como objetivo modernizar a educação superior no Brasil, por meio da implementação do modelo norte-americano.

Fonte: adaptada de Lima e Contel (2009).

Tabela 2. Motivações e interesses da internacionalização entre 1950 e 1990

Programa/documentos/ fundações	Motivações e interesses
Fundação Rockefeller (1950)	Consistia na concessão de bolsas de estudo no exterior – EUA
Fundação Ford (1960)	Ofertar bolsas de estudo para estudantes brasileiros realizarem cursos de formação no exterior, além dos incentivos à pesquisa e à cooperação científica entre universidades brasileiras e americanas.
Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951 – Capes – Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Com a criação da Capes, o Estado Brasileiro passa a investir de forma sistemática recursos para a formação de quadros de profissionais em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.
Lei n. 1.310 de 15 de janeiro de 1951 – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	Finalidades promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, mediante a concessão de recursos para pesquisa, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. Se inicia a percepção que as políticas de internacionalização contribuíram para o crescimento do país.
United States Agency for International Development (Usaid) – Programa MEC-Usaid	O fortalecimento do Programa MEC-Usaid visava fortalecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Do programa resultaram orientações para as reformas na educação brasileira. Entre elas, a criação da Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES) dedicada à formulação de diagnósticos e planos de reestruturação para o sistema universitário, capazes de edificar bases que suportam a rápida expansão e significativa melhoria desse nível de ensino. No que se refere aos motivos e interesses, a internacionalização celebrada pelo programa solidificou a influência americana no projeto educacional no Brasil.
Reforma Universitária (1968)	Solidificação da política de internacionalização para a cooperação internacional e formação de pesquisadores. Por meio da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Estado brasileiro passou a financiar bolsas de estudo para mobilidade internacional, ainda vinculada ao nível de pós-graduação.

Decreto n. 73.411, de 4 de janeiro de 1974 – Criação do Sistema Nacional de Pós-graduação	A criação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) significou avanços em torno de uma política de nível federal de organização da pesquisa. A internacionalização passou a figurar nos documentos balizadores da política educacional brasileira.
Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979).	As orientações para a internacionalização dão ênfase na formação de doutores no exterior, com especial direcionamento para áreas estratégicas de desenvolvimento da nação (Brasil, 1975).
Segundo Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985).	Não aponta de forma clara nenhuma orientação relativa à internacionalização. Apenas, em alguns momentos, menciona o intercâmbio e as publicações com uma condição necessária para a qualificação dos programas de pós-graduação. Como consequência, as políticas de internacionalização ficaram tangenciadas de forma periférica e receberam pouco financiamento público (Brasil, 1982).
Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (1998)	Esse importante fórum trouxe para o centro das pautas de discussão educacional a internacionalização, tratada como cooperação acadêmica internacional. O Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI) passa a ser o interlocutor privilegiado para a discussão de propostas e de programas que tratam da inserção do Brasil no cenário da educação internacional
Terceiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)	O III PNPG (1986-1989) estabelece como uma das prioridades colocar o país em evidência internacional na produção e disseminação do conhecimento. Para tal, orienta para o aumento da produção científica internacional, ênfase em capacitação no exterior, encorajamento de estágios de curta duração no exterior, treinamentos no exterior e estabelece como objetivo a continuidade e reforço dos programas de cooperação internacional que se destinem a viabilizar o intercâmbio de docentes e pesquisadores com os seus pares de instituições do exterior, com o objetivo de desenvolvimento de projetos comuns de ensino e pesquisa (Brasil, 1986).

Fonte: adaptada de Lima e Contel (2009).

Nesse período, o processo de internacionalização está alinhado à formulação de políticas públicas voltadas para a consolidação do sistema nacional de educação superior. Os interesses e motivações giram em torno da profissionalização da gestão, formação de quadros técnicos, ampliação de mestres e doutores, formação de professores e pesquisadores, modernização das instituições públicas e desenvolvimento científico e tecnológico. Um traço marcante desse período são os acordos e tratados firmados com as universidades estadunidenses. Os acordos de cooperação garantiam a vinda de professores, consultores, investimentos na pós-graduação e na multiplicação de bolsas de estudos para a formação de mestres e doutores⁶.

Em consequência da crise do petróleo e da reconfiguração da geopolítica mundial, esse projeto educacional entra em declínio e dá lugar a um novo projeto de internacionalização da educação superior, alinhado aos ideais de progresso e desenvolvimento científico, com ênfase nas áreas tecnológicas. De acordo com Lima e Contel (2009), nas décadas de 1980 e 1990, os investimentos realizados pelo Governo Federal estavam direcionados para o desenvolvimento científico das universidades públicas, com a ampliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* com inserção internacional. O objetivo é colocar o país em cenário mundial, para tanto, são firmados acordos nas áreas de tecnologia, agropecuária, saúde e na educação. Especialmente na educação, são valorizadas políticas de pesquisa em rede (grupos de pesquisa), desenvolvimentos de pesquisas em conjunto e publicações internacionais. Intensificam-se projetos nacionais que articulam os Ministérios da Educação e Ciência e Tecnologia voltados à competitividade internacional e à economia de acumulação flexível.

⁶ Para uma compreensão e entendimento crítico do projeto educacional para a educação superior nesse período, indica-se a leitura do livro *A universidade crítica: o ensino superior da república populista*, de autoria do pesquisador Luiz Antônio Cunha (2007).

Tabela 3. Motivações e interesses da internacionalização entre 1990 e 2022

Programa/documentos/ fundações	Motivações e interesses
Associação Brasileira de Educação Internacional - Faubai (1998)	O principal objetivo é organizar ações de Cooperação Internacional (CI), fomentar a mobilidade acadêmica estudantil e inserir o Brasil em programas de intercâmbio. Os interesses e motivações estão alinhados ao projeto de colocar o Brasil em destaque internacional no desenvolvimento da ciência e produzir inovações que promovam o progresso da nação frente à competitividade global.
Quarto Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG (2005-2010)	Destaca-se que, pela primeira vez, a internacionalização é alçada na pós-graduação como política, com metas e diretrizes. As motivações estão alinhadas com o objetivo da nação, que é aprimorar os índices de desenvolvimento social e promover o crescimento econômico.
Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010)	O PNE (2001-2010) não aborda de forma enfática a internacionalização. Apenas aponta na meta 17 a necessidade de instituir políticas que evitem o êxodo de pesquisadores brasileiros para outros países e que sejam desenvolvidas ações e estratégias para atração de pesquisadores e talentos provenientes de outros países.
Programa Ciência sem Fronteiras – PsF (2011-2017)	O programa CsF buscou promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Criado durante o governo Dilma Rousseff (2010-2016), o financiamento estava ligado à Capes, ao CNPq e a empresas parceiras. O CsF respira a atmosfera otimista do crescimento brasileiro e se apresenta como condição para aproveitar a “janela” de crescimento que o país atravessava.
Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024)	O PNE (2014-2014) é formulado e aprovado em um contexto otimista, de forma democrática, e traduz o momento de crescimento do país. Enquanto plano, traduz o projeto de nação que valoriza as políticas sociais articuladas com o crescimento econômico e tecnológico. No campo da internacionalização, o PNE (2014-2024) dá ênfase nas redes de pesquisa, fortalecimento de grupos de pesquisa, intercâmbio científico e tecnológico, estímulo à inovação, formação de recursos humanos, parcerias das universidades com as empresas e alçar o país em lugar de destaque na produção do conhecimento científico.
Quinto Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG (2010-2020)	A internacionalização é apontada no documento como uma importante estratégia para a promoção do crescimento do país. A agenda de pesquisa no documento está alicerçada na triple hélice: Universidade, Sociedade e Empresas. A agenda de internacionalização permite, de acordo com o PNPG (BRASIL, 2010), a ação de diversas instituições e empresas no desenvolvimento de tecnologias de ponta ou na transferência de tecnologias para países em desenvolvimento.
Portaria n. 220, de 3 de novembro de 2017	Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Institutos de Ensino Superior (IES) e de Institutos de pesquisa no Brasil, doravante referido como Programa Capes-PrInt, como dispôr de suas diretrizes para as IES.
Portaria n. 127, de 1 de julho de 2022	Instituir o Programa de Apoio ao Processo de Internacionalização de Instituições de Ensino e de Pesquisa Brasileiras (Papri), com foco na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , visando à excelência de classe mundial e à assertividade no cenário internacional das instituições de ensino e pesquisa brasileiras (Brasil, 2022a).
Portaria n. 175, de 29 de agosto de 2022	O objetivo é instituir o Programa para a Incorporação e Desenvolvimento de Processos de Internacionalização – PID para as instituições (Brasil, 2022b).

Fonte: elaboração própria.

Nesse período, de acordo com Santos (2020), as motivações acadêmicas, políticas, econômicas e mercadológicas passam a orientar as políticas de internacionalização. Desse modo, essas forças variam com maior ou menor intensidade, dependendo dos atores que ocupam a arena de debates sobre as políticas educacionais. Nesse cenário, são três direções para a internacionalização: a) inserção internacional dos programas de pós-graduação *stricto sensu*; b) incremento e financiamento para áreas e pesquisas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país; c) implementação de políticas de internacionalização que consideram os aspectos regionais de caráter inclusivo. As motivações apontadas estão interligadas com as políticas de expansão e interiorização da educação superior e dos programas de pós-graduação.

O contexto neoliberal, marcado pelo ideário de acumulação flexível (Harvey, 2016) e pela concorrência e competitividade (Dardot & Laval, 2016), desencadeou mundialmente um processo de privatizações e reformas nos Estados Nacionais que adotaram políticas de austeridade e redução de investimentos públicos na educação. Por consequência dessa política, Lima e Contel (2009) consideram que a internacionalização perdeu grande parte da chancela do Estado e passou a ganhar feições mercantis. No grande mercado educacional do século XXI, três características resumem o perfil e as motivações da internacionalização: (i) multiplicação de provedores; (ii) combinação de motivações econômicas, mercadológicas e acadêmicas na prestação de serviços; (iii) diversificação dos serviços e das formas de entrega (Lima & Contel, 2009).

No que diz respeito à organização da internacionalização, os últimos anos foram positivos com a aprovação de programas e o reconhecimento que essas políticas são essenciais para o desenvolvimento do país e para o fortalecimento das instituições de educação superior. As Portarias n. 220, n. 127 e n. 175 são representações dos avanços na orientação para implementação da internacionalização nas Universidades (Brasil, 2022a, 2022b).

É fundamental que se esclareça, quando se trata de Universidades no Brasil, que, amparadas na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu Art. 20 (Brasil, 1996), também surge nesse contexto legal as Universidades Comunitárias (UC), as quais foram caracterizadas como confessionais ou filantrópicas, ou seja, sua essência em existir é ter como máxima a não finalidade lucrativa e seus ganhos serem usados para sua própria ampliação estrutural e qualificação pessoal e de seus processos educativos.

Nessas condições de surgimento das Universidades Comunitárias confessionais e as não confessionais, priorizava-se uma perspectiva de comunitária: “humanizante, comunitário, participativo, fortemente voltado à combinação da formação de recursos humanos com a extensão, com vistas ao desenvolvimento de uma ‘consciência regional’ e de assessoria ao desenvolvimento regional” (Neves, 1995, p. 8). Ainda não se falava de forma direta em Políticas de Internacionalização. Mas, quando observamos em Neves (1995), conceitos de “formação de recursos humanos” e o *conceito coração* das comunitárias, “consciência regional”, extraímos condições de imaginar que esses processos de políticas da internacionalização seria uma questão de tempo histórico para serem implementados nas Universidades Comunitárias. Para tanto, na sequência serão abordadas a política de internacionalização na Universidade de Passo Fundo (UPF) e na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

3. O Caso da Internacionalização na Universidade de Passo Fundo (UPF) e na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC)

A Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), credenciada em 1996 e classificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES) em 2013, surgiu da necessidade de oferecer ensino superior de qualidade no meio oeste catarinense (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2023). Iniciada em um período de regime empresarial-militar, que impactou a expansão e modernização da educação em território brasileiro, é fruto da unificação de três fundações educacionais: Fundação Educacional do Oeste Catarinense (FUOC), Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (FEMARP) e Fundação de Ensino para o Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE) (Freitas, 2019). Essa fusão retrata as suas raízes privadas no que concerne a sua atuação e perspectiva administrativa.

A estrutura atual da UNOESC é constituída pela sede administrativa, localizada no município de Joaçaba-SC, com estrutura de cinco *campi* situados em Joaçaba, Videira, Xanxerê, Chapecó e São Miguel do Oeste. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e o desenvolvimento das atividades acadêmicas em outros municípios, garantindo o seu caráter regional e a expansão de sua área de abrangência, que, hoje, compreende a mesorregião do Oeste de Santa

Catarina, com mais de 11 municípios e com população estimada de 1.317.844 de habitantes (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2023).

Enquanto pioneira na interiorização do ensino superior, sua atuação é parte de um modelo comunitário de educação superior da Associação Catarinense de Fundações Educacionais (Acafe) (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2023). Sua missão perpassa o desenvolvimento regional e a formação humana, de modo a corroborar com sua motivação em ampliar as fronteiras da produção de conhecimento internacionalmente. Isso corrobora com a tríade dimensional para uma efetiva internacionalização, a qual perpassa os sentidos interculturais, internacionais e globais (Knight, 2003). Nesse contexto, o desenvolvimento de cidadãos que possam estar preparados para os desafios globais deve ser observado no processo de implementação de diretrizes para a internacionalização em Instituições de Ensino Superior (IES).

Isto posto, a Política de Internacionalização da UNOESC está alinhada ao ensino, à pesquisa e à extensão que perpassam por frentes, como a aprendizagem de um segundo idioma, a cooperação internacional entre universidades, a produção intelectual internacional, a dupla titulação e a mobilidade acadêmica (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2023). Tal condição sinaliza para interesses que partem de um princípio mercadológico e competitivo, fruto de uma condição de regulação dos resultados alcançados entre parcerias e acordos bilaterais fomentados pelo Estado.

Para Almeida et al. (2020), esse modelo de competitividade é fruto de uma cooperação incorporada em razão da globalização, que, no entanto, tem confundido e reduzido o papel da internacionalização à mobilidade acadêmica. Esse modelo é pautado não em uma formação cívica e global, pautada no desenvolvimento de novas contribuições ao desenvolvimento social. Ao contrário, tem-se uma perspectiva de destaque em *rankings* de excelência e qualificação, pois estratégias eficazes de internacionalização têm fomentado posições positivas em *rankings* universitários e aumentado a reputação ante ao financiamento empresarial.

Nesses termos, a preocupação latente da internacionalização é sinalizada não como um projeto cidadão de solidariedade, interculturalidade e integração entre os povos, mas como um propulsor de competitividade e destaque institucional. Isso perpassa o interesse de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na perspectiva de fortalecimento da globalização mundial e visibilidade internacional (Trevisol & Fávero, 2019). Nesse sentido, a UNOESC tem buscado maior projeção internacional e organizado sua estrutura administrativa para atender, sobretudo, aos processos de mobilidade acadêmica (Almeida et al., 2020).

Diante disso, o Plano de Internacionalização (PI) da UNOESC tem sido assinalado como uma prioridade diante do fortalecimento da Instituição de Ensino Superior, pois as parcerias internacionais que possam ser firmadas

resultam em diferenciação e *qualidade na formação* [ênfase nossa] da sua comunidade acadêmica, construindo *pontes indissociáveis* [ênfase nossa] do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, em um *olhar integrado, compartilhado e solidário de cooperação internacional* [ênfase nossa] (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018).

Perante isso, percebe-se que a Instituição de Ensino Superior (IES) está interessada nas possibilidades de colaboração mútua e qualificação por meio da cooperação internacional, enquanto motivação para avançar às produções de conhecimento científico e tecnológico. Esse planejamento busca incrementar diferentes competências e incentivar o aumento no número de intercambistas na UNOESC, com o fito de institucionalizar e organizar os processos de internacionalização na instituição (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018). Para alcançar tal objetivo, diferentes estratégias e ações têm sido apontadas neste processo de implementação da internacionalização como um grande aliado para a qualificação da Universidade.

No que diz respeito ao desenvolvimento da cultura de internacionalização e capacitação, têm sido planejadas estratégias de aperfeiçoamento de idiomas estrangeiros, preparativos para viagens e eventos voltados a temas globais (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018). Já em relação à cooperação internacional e captação de recursos, tem-se como ações estratégias o acordo entre IES estrangeiras e o financiamento conjunto de projetos técnico-científicos (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018). Ambos assinalam importantes processos focados na parceria entre universidades internacionais e a UNOESC, na busca pelo reconhecimento global.

Em face do exposto, outras importantes estratégias se voltam à mobilidade e intercâmbio, assim como a dupla titulação e cotutela. Parâmetros, como mobilidades *outgoing* e *incoming*, incorporação da mobilidade acadêmica nos projetos pedagógicos dos cursos e a oferta de cursos em regime de cotutela e dupla titulação simultânea, têm sido considerados basilares na efetiva implementação do Plano de Internacionalização (PI) da IES (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018). Além disso, a ampliação das publicações internacionais com relevante fator de impacto e a remodelagem dos processos de internacionalização nos *campi* da UNOESC também têm se destacado como modos estratégicos de efetiva implantação (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018). Desse modo, sua política institucional, enquanto Universidade Comunitária, tem se organizado a serviço de resultados que sejam mensurados por organismos internacionais.

Não obstante, indicadores importantes têm sido estabelecidos a fim de mensurar a efetividade das ações estratégicas traçadas no Plano de Internacionalização (PI). A preocupação latente se encontra, sobretudo, no número de acadêmicos fluentes em língua estrangeira e no número de convênios e acordos estabelecidos (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018). Outrossim, há uma busca pela quantificação do número de projetos de pesquisa com cooperação internacional, o número de alunos estrangeiros regularmente matriculados na UNOESC e a participação em diferentes frentes de mobilidade e intercâmbio (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018).

O condicionamento desse tipo de métrica por ora não mostra os reais desafios e aprendizagens realizados ao longo do percurso, mas reafirma a necessidade de movimentos orgânicos que possibilitem a atualização dos parâmetros e estratégias vigentes. Essa condição também se estende à produção científica em revistas internacionais e em coautoria com estrangeiros (Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2018). Esse tipo de quantificação tem trazido novamente à tona o discurso de manutenção da competitividade em *rankings* internacionais, uma vez que serve de gargalo para a afirmação de um compromisso institucional que, por vezes, não parece efetivo na consolidação de um conhecimento intercultural e cidadão.

A Universidade de Passo Fundo (UPF), por sua vez, foi criada por meio do Decreto Presidencial n. 62.835, de 6 de junho de 1968. Sua implantação resultou da união, no ano anterior, da Sociedade Pró-Universidade e do Consórcio Universitário Católico, integrado pela Mitra Diocesana de Passo Fundo e por outras entidades religiosas da cidade. A união das duas instituições resultou na criação da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF), que passou a ser a mantenedora da Universidade de Passo Fundo, a partir da sua criação. Foi “certificada como Instituição Comunitária de Educação Superior (Ices), de caráter público, não estatal, sem fins lucrativos, voltada para os interesses exclusivamente educacionais”, por atender aos seguintes aspectos: a) “ter origem na comunidade”; b) “ser mantida e gerenciada pelo seu corpo docente, discente, técnico-administrativo e por representantes da comunidade regional”; c) seu patrimônio pertence “à coletividade”; d) recebe “apoio dos poderes municipais, estadual e da União”; e) tem “caráter ecumênico e não confessional”; f) mantém “estreito vínculo com a comunidade” (Universidade de Passo Fundo, 2023, p. 11).

A estrutura atual da UPF é constituída pela sede administrativa, localizada no município de Passo Fundo, com a estrutura de três *campi*, e por mais seis *campi* situados nos municípios de Carazinho, Casca, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade. A estrutura multicampi possibilita a descentralização e o desenvolvimento das atividades acadêmicas em outros municípios, garantindo seu caráter regional e a expansão de sua “área de abrangência, que, hoje, compreende mais de 150 municípios das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, nos quais a população é estimada em, aproximadamente, 1.000.000 de habitantes” (Universidade de Passo Fundo, 2023, p. 12). Cabe ainda ressaltar que a UPF recebe estudantes de outros estados, principalmente do Oeste do estado de Santa Catarina e do Sudoeste do estado do Paraná.

Com a intenção “de definir caminhos e congregar o conjunto de objetivos destinados ao alcance de resultados e à implementação de políticas institucionais”, em seu recente PDI (2022-2026), a UPF instituiu seis linhas estratégicas: 1) “Excelência acadêmica, pedagogia universitária e internacionalização”; 2) “Universidade inovadora”; 3) “Qualidade do ambiente interno e relações humanas”; 4) “Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável”; 5) “Sustentabilidade estrutural e econômica”; 6) “Planejamento e governança estratégica” (Universidade de Passo Fundo, 2023, p. 21).

A internacionalização está integrada, enquanto linha estratégica, com a excelência acadêmica e a pedagogia universitária é indicada no PDI como tendo a função de transversalizar “as ações acadêmicas”, pois “se constitui como um princípio e um processo, em resposta às demandas interna e externa, buscando consolidar-se como uma política

de internacionalização abrangente, por meio de estratégias coordenadas entre ensino, pesquisa e extensão” (Universidade de Passo Fundo, 2023, p. 22).

O objetivo específico da internacionalização definido pelo PDI (2022-2026) é de ampliar e qualificar o processo de internacionalização da instituição, por meio das seguintes ações: avaliar o Plano Estratégico de internacionalização 2018-2022, com vistas à formação integral para a cidadania global; promover ações que maximizem a internacionalização abrangente e a internacionalização em casa; ampliar redes de cooperação entre instituições, incentivando a mobilidade acadêmica; estimular a participação de gestores e docentes em eventos e fóruns internacionais para fins acadêmicos; oportunizar a capacitação dos estudantes para sua participação em editais internacionais; ampliar a proficiência na língua estrangeira para comunicação e redação científica aos docentes e discentes de pós-graduação; elaborar estratégias de socialização das ações de internacionalização da universidade aos públicos interno e externo; ofertar ensino de línguas adicionais/estrangeiras à comunidade acadêmica; favorecer possibilidades de inserção de estudantes estrangeiros nos cursos da UPF (Universidade de Passo Fundo, 2023).

Um olhar geral para as ações propostas pelo PDI da instituição mostra, de um lado, as intencionalidades institucionais de promover atividades que possam mobilizar aspectos importantes da internacionalização, como a ampliação de redes de cooperação já existentes, incentivar a mobilidade docente e discente, normatizar ações específicas que possam incentivar e promover a mobilidade acadêmica, promover eventos e fóruns com participações internacionais, oferecer ensino de línguas estrangeiras à comunidade acadêmica, dentre outras. Por outro lado, é importante considerar que ainda são ações muito genéricas, de cunho mais intencional do que atividades cronologicamente planejadas. A internacionalização consta nas intenções no Planejamento do Desenvolvimento Institucional, mas esbarra, principalmente, no problema do financiamento.

Conforme já mencionado em outro estudo, “um dos aspectos mais relevantes da internacionalização da UPF ocorreu com a aprovação do Plano Estratégico de Internacionalização (PEI) (2018-2022), amplamente discutido entre a comunidade acadêmica e aprovado em 2018 pelo Conselho Universitário” (Trevisol & Fávero, 2019, p. 16). Conforme as ações estabelecidas pelo PDI, supracitadas, o referido Plano Estratégico de Internacionalização (PEI), neste momento que estamos redigindo o presente texto, está sendo discutido internamente pela comunidade acadêmica, com previsão de ser aprovado até o final de 2023.

O novo cenário provocado pela Pandemia (2020-2022), a diminuição gigantesca de matrículas, o enxugamento do orçamento das instituições, os cortes orçamentários das políticas públicas, ocorridos no desastrosos governo Bolsonaro, dentre outros fatores, certamente devem provocar profundas modificações na versão do Planejamento Estratégico de Internacionalização (PEI) que está sendo discutido e elaborado. A internacionalização em casa e o foco em áreas estratégicas possivelmente serão a centralidade do próximo PEI. Muito do que tinha sido planejado em 2017-2018 não se efetivou por todas essas variáveis ocorridas nos últimos 4 anos. Embora esteja explícito nos documentos, como o PDI, a intencionalidade da instituição em avançar na internacionalização e integrá-la com as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, ainda há um longo e complexo percurso a ser percorrido para que ela se efetive enquanto prática institucional consolidada, como uma política de internacionalização das universidades públicas, privadas e comunitárias no território brasileiro.

4. Considerações Finais buscando consolidar-se como uma política

Ao reconstruir a trajetória histórica da internacionalização da educação superior no Brasil por meio de seus documentos, é possível aferir que a implementação da internacionalização em duas Universidades Comunitárias, entendida por meio do Plano de Internacionalização (PI) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e da Universidade de Passo Fundo (UPF), é possível dizer que houve movimentos importantes na trajetória das referidas instituições. Há um passado tímido materializado em ações pontuais que, de certa forma, colocaram as instituições no cenário internacional. Enquanto instituições comunitárias regionais, cumpriram seu papel de formação de profissionais de diversas áreas do conhecimento, que foram decisivos no desenvolvimento regional. Muitos desses profissionais tiveram a oportunidade de ter uma inserção internacional em seu processo de formação por meio de programas de mobilidade educativa, da realização de doutorado sanduíche, ou mesmo na participação de eventos internacionais.

Na última década, as instituições avançaram nos processos de internacionalização, quando passaram a incluir, em seus documentos normativos (PDI, PI, PEI, dentre outros), a internacionalização como parte do desenvolvimento estratégico institucional, com a clara intenção de dar organicidade às ações fomentadoras dessa importante dimensão da Universidade. No entanto, ainda persistem muitos obstáculos, entre os quais se destaca o problema do financiamento e a forte dependência de políticas públicas que viabilizem processos de internacionalização para além de atividades pontuais que as instituições realizam.

Identificou-se, quanto às Políticas de Internacionalização nas Universidades Brasileiras, especialmente nas Comunitárias que foram investigadas: UNOESC e UPF, uma forte perspectiva de atender aquilo que a própria Unesco lançou como *Educação para a Cidadania Global* (ECG) (2016), que evidencia uma relação entre as fronteiras (consciência) do regional e do global. Ou seja, para a Unesco, “cidadãos globais são indivíduos que pensam e agem para um mundo mais justo, pacífico e sustentável” (2016). A questão que se coloca como preocupante, é a *postura epistêmica* que se assume nas Políticas de Internacionalização, pois existem indícios de um afastamento de experiências legítimas, vivências significativas e formações éticas e humanizantes, para atender às demandas de sentidos rasos, de *métricas e rankings* entre as Universidades, que colocam em derrocada as Políticas de Internacionalização, quando assumem lógicas do mercado neoliberal e esvaziam as humanidades e a própria essência da criação das Universidades Comunitárias.

Por fim, a pesquisa aponta sobre a importância de: (i) estabelecer políticas para a internacionalização da educação superior que superem os grandes gargalos que perpassam a falta de financiamento e disponibilidade de recursos; (ii) de considerar e elevar a internacionalização como política pública para a promoção da inovação, da interculturalidade, da formação do cidadão global e para as trocas solidárias entre povos e nações; (iii) que a elaboração e implementação das políticas de internacionalização sejam gestadas por processos democráticos que afastem as tentativas de encaminhar a internacionalização por um viés estritamente mercadológico; e (iii) considerar a internacionalização como uma condição essencial para a consolidação da pesquisa, ensino e extensão nas universidades. Em especial, destacar que a internacionalização é um processo necessário e fundamental para a efetivação da missão dos compromissos das Universidades Comunitárias com o desenvolvimento regional cidadão e sustentável. Ainda que tenhamos avançado nas políticas educacionais para a internacionalização, são muitos os desafios, sobretudo, de entender que a internacionalização não se restringe apenas a programas de mobilidade acadêmica, mas é um dos caminhos para a justiça social e a formação para a vivência de uma cidadania global.

Referências bibliográficas

Akkari, A. (2011). *Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios*. Vozes.

Azevedo, M. L. N. de, Catani, A. M., & Hey, A. P. (2017). Circulação das ideias e internacionalização da Educação Superior: inferências a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. *Educação*, 40(3), 288-292.

Azevedo, M. L. N. de (2009). Integração regional e educação superior: regulações e crises no Mercosul. In E. B Ferreira & D. A Oliveira. *Crise da escola e políticas educativas*. Autêntica.

Ball, S. J. (2011). Diretrizes políticas globais e relações políticas locais e educação. *Currículo sem Fronteira*, 1(2), 99-116.

Brasil (1975). *I PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação*.
https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/I_PNPG.pdf

Brasil (1982). *II PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985)*.
https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/II_PNPG.pdf

Brasil (1986). *III PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989)*.
http://uab.capes.gov.br/images/stories/download/editais/III_PNPG.pdf

Brasil (1950). Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950. *Diário Oficial da União*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1254.htm

Brasil (1996). Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>

Brasil (2022a). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria n. 127, de 1 de julho de 2022*. <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4012/portaria-capes-n-127>

Brasil (2022b). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria n. 175, de 29 de agosto de 2022*. <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-175-2022-08-29.pdf>

Brasil (2017). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria n. 220, de 3 de novembro de 2017*. <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2250/portaria-capes-n-220>

Brasil (2018). Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da PG. Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/2018-pnpg-cs-avaliacao-final-10-10-18-cs-final-17-55-pdf>

Brasil (2001). Ministério da Educação. *Lei n. 010172, de 09 de janeiro de 2001*. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>

Brasil (2007). Ministério da Educação. *Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) 2007*. MEC. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>

Brasil (2014). *Plano Nacional de Educação (2014-2014)*. Câmara dos Deputados.

Brasil (2010). *Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior*. Capes.

Cunha, L. A. (2007). *A universidade crítica: o ensino superior na república populista* (2. ed.). UNESP.

Dalbosco, C. A. (2015). Educação superior e os desafios da formação para a cidadania democrática. *Avaliação*, 20(1), 123-142.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

De Wit, H. (2011). Internacionalización de la educación superior: nueve interpretaciones erróneas. *Internacionalización higher education*, (64).

Frigotto, G. (2010). *Educação e a crise do capitalismo* (6. ed.). Cortez.

Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Artmed.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

Freitas, S. T. (2019). *Limites e perspectivas da internacionalização da educação superior em universidades comunitárias do interior do país: um estudo a partir da UNOESC* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Oeste de Santa Catarina]. <http://pergamum.UNOESC.edu.br/pergamumweb/vinculos/000070/00007094.pdf>

Harvey, D. (2016). *Condição pós-moderna*. Loyola.

Hudzik, J. K. (2011). *Comprehensive internationalization: from concept to action*. NAFSA.

- Knight, J. (2003). Updated Definition of Internationalization. *International Higher Education*, (33). <https://doi.org/10.6017/ihe.2003.33.7391>
- Knight, J. (2012a). *Internationalization brings important benefits as well as risks*. International higher education.
- Knight, J. (2012b). Student mobility and internationalization: trends and tribulations. *Research in comparative and international education*, 1(7).
- Knight, J. (2020). *Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios* (2. ed.). Oikos.
- Lima, M. C., & Contel, F. B. (2009). *Períodos e motivações da internacionalização da Educação Superior brasileira* [artigo apresentado]. Colloque de L' IFBAE, 5 ed. Grenoble. https://ifbae.s3.eu-west-3.amazonaws.com/file/congres/2009_B0095.pdf
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (2013). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU.
- Miranda, J. A. A. de, & Stallivier, L. (2017). Para uma política pública de internacionalização do ensino superior no Brasil. *Avaliação*, 22(3), 589-613.
- Morosini, M. C. (2017). Internacionalização do ensino superior. *Educação*, 40(3), 288-292.
- Neves, C. E. B. (1995). *Ensino Superior Privado no Rio Grande do Sul – a experiência das Universidades Comunitárias*. NUPES-USP, Documento de Trabalho 3.
- Nussbaum, M. (2015). *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. Martins Fontes.
- Pereira, E. M. de A. (2019). Internacionalização da universidade contemporânea: uma visão da internacionalização em uma Universidade Pública Paulista. *Revista Internacional de Educação Superior*, 5(1), 1-19.
- Pereira, P., & Heinzle, M. R. S. (2017). A internacionalização da educação superior e o Plano Nacional de Educação 2014-2024: diretrizes, metas e estratégias. *Revista Internacional de Educação Superior*, 3(1), 186-202.
- Santos, J. C. dos, Fl. (2020). Internacionalização da Educação Superior: redefinições, justificativas e estratégias. *Série-Estudo*, 25(53), 11-34. <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1383>
- Sebastián, J. (2004). *Cooperación e internacionalización de las universidades*. Biblos.
- Shiroma, E. O. & Evangelista, O. (2014). Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. *Educação e Fronteiras, Dourados*, 4(11), 21-38, <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>
- Stallivieri, L. (2017). *Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas*. Appris.
- Trevisol, M. G. & Fávero, A. A. (2019). As diversas faces da internacionalização: análise comparativa entre duas instituições comunitárias do sul do Brasil. *Revista Internacional De Educação Superior*, 5, e019026. <https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653894>
- Unesco (2016). *Educação para a cidadania global: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Unesco.
- Universidade de Passo Fundo (2023). *Plano de Desenvolvimento Institucional 2022-2026 (PDI)*. Universidade de Passo Fundo.
- Universidade do Oeste de Santa Catarina (2023). *Plano de desenvolvimento Institucional da UNOESC 2023-2027*. Editora UNOESC. https://www.UNOESC.edu.br/wp-content/uploads/2023/03/PDI_-_2023-2027_.pdf

Universidade do Oeste de Santa Catarina (2018). *Plano de Internacionalização - PI (2018-2022)*. Editora UNOESC.
<https://www.calameo.com/read/007281111a503acb36be2>

Fecha de recepción: 13-9-2023

Fecha de aceptación: 24-3-2023